



A Revalidação De Diplomas Estrangeiros Como Ferramenta Para O Reconhecimento Social E A Integração Local De Refugiados¹

Gabriela Fernandes GALLIETA²

Resumo

O objetivo deste artigo é compreender como o procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros pode auxiliar na integração local de refugiados à luz da Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth. A pesquisa consiste em análise de dados e revisão bibliográfica. Realiza-se explanação teórica sobre a Teoria do Reconhecimento. Em seguida, análise histórica e teórica a respeito das migrações. Posteriormente, discorre-se sobre o instituto do refúgio e sobre as possibilidades de solução duradoura, com foco para a integração local. O debate central situa-se na baixa taxa de sucesso do procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros entre refugiados e de que forma isso impacta no processo de integração no Brasil. Quando a revalidação de diploma é efetiva, torna-se possível exercer a própria profissão e utilizar as habilidades acumuladas ao longo da vida. Assim, as pessoas refugiadas podem se reconhecer como membros da sociedade para a qual emigraram. Conclui-se que a aprovação do diploma de nível superior significa o reconhecimento das habilidades educacionais e culturais das pessoas em situação de refúgio. Ainda, significa o restabelecimento da autoestima, por meio do reconhecimento das habilidades individuais. Dessa forma, a revalidação de diplomas estrangeiros permite aos refugiados a restauração da estima social, bem como a busca pela autorrealização, parte essencial do processo intersubjetivo de formação da identidade.

Palavras-chave: Refúgio; Integração local; Revalidação de diplomas estrangeiros.

Introdução

Neste artigo busca-se compreender como o procedimento de revalidação de diplomas estrangeiros pode auxiliar na integração local de refugiados, à luz da Teoria do Reconhecimento Social de Axel Honneth (2003).

O significado de “imigrante” está ligado a alguém que saiu do local de origem e mudou-se para outro, seja dentro do próprio país ou em outro território.

As migrações internacionais contemporâneas têm tido grande relevância no âmbito político e econômico mundial. Esses novos fluxos migratórios envolvem grande quantidade de pessoas e causam impacto econômico, cultural e social no país de destino. Somado a isso, com a ascensão política de lideranças, grupos e

¹ Trabalho apresentado no GT 01 – Imigrações internacionais contemporâneas: novas abordagens teóricas e metodológicas e novos recortes empíricos e temáticos do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: gabriela.gallieta@ufabc.edu.br.



partidos políticos com discursos anti-migratórios, tal como Donald Trump nos Estados Unidos, e os nacionalistas europeus como Marine Le Pen na França, Matteo Salvini na Itália, Viktor Órban na Hungria dentre outros, o tema ganhou muita relevância no debate político e do direito nacional e internacional. Nesse aspecto, o imigrante surge no centro da discussão, sendo responsabilizado pelas mazelas sociais, atribuídas a ele pelo simples fato de não pertencer.

O deslocamento pode ocorrer por diversas razões, sejam econômicas, familiares, sociais, políticas, jurídicas, dentre outras. Existem várias teorias que buscam explicar os motivos que levam pessoas a migrar. Modelos econômicos de atração-repulsão (push-pull), por exemplo, como a Teoria Neoclássica, que se desdobra nos aspectos macroeconômico e microeconômico, ou a Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado. Ademais, outras teorias focam em aspectos não-econômicos, como ciclos de vida, redes migratórias, distribuição desigual do poder político global, entre outros.

Os refugiados são migrantes forçados, que precisaram sair de seu local de origem devido a perseguições por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social, opiniões políticas ou por violência generalizada, conflitos internos, crise humanitária. Ou seja, situações de ameaça a direitos humanos fundamentais.

O Brasil tem desempenhado papel importante no âmbito internacional para acolhimento de pessoas em situação de refúgio. Conforme plataforma interativa de dados sobre solicitações da condição de refugiado no Brasil, ferramenta desenvolvida pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) em parceria com o CONARE (Comitê Nacional para os Refugiados), o país, de janeiro de 2017 a janeiro de 2020, já havia reconhecido 39.546 solicitações de refúgio. As principais nacionalidades solicitantes são venezuelanos, senegaleses, haitianos e sírios.

As perspectivas de soluções duradouras para refugiados concentram-se em três: repatriação voluntária, reassentamento e integração local. Nesse sentido, em pesquisa com refugiados no Brasil, 84,23% responderam “sim” para o questionamento sobre o desejo de permanecer definitivamente no país (ACNUR, 2019, p. 54). Desse modo, no Brasil, faz sentido pensar em políticas públicas para a integração local de refugiados.

Um dos aspectos importantes da integração local é o econômico, que abrange a empregabilidade. Apesar do grande estigma que carregam imigrantes provenientes de países subdesenvolvidos, verifica-se que 34,4% dos refugiados no Brasil possuem nível superior (ACNUR, 2019). Assim, poderiam exercer a profissão para a qual são habilitados, com maior possibilidade de contratação formal. Entretanto, não é o que ocorre. Poucos conseguem revalidar o diploma e por isso se veem obrigados a exercer profissões que exigem nível educacional inferior, a tornarem-se trabalhadores informais ou a empreender.



Possibilitar o exercício da profissão e, dessa maneira, reconhecer as habilidades profissionais, educacionais, culturais, sociais e emocionais de pessoas em situação de refúgio significa não apenas melhoria na situação econômica, mas também promover a estima social e a autorrealização.

O foco deste artigo, portanto, reside no reconhecimento social que a revalidação de diplomas pode promover, por meio da estima social, e como isso pode impactar na integração local de refugiados.

Primeiramente, debruça-se sobre a Teoria do Reconhecimento Social (HONNETH, 2003). Na segunda seção, realiza-se breve explanação histórica e teórica acerca das migrações. A terceira seção será dedicada à instituição do refúgio e à integração local. Já na quarta seção, conecta-se uma das formas de reconhecimento social – estima social – ao reconhecimento de habilidades dos refugiados por meio da revalidação de diplomas estrangeiros.

Buscamos demonstrar que a importância da revalidação de diplomas para refugiados vai além do aspecto econômico, incluindo a intersubjetividade, autonomia, protagonismo e autorrealização.

1. Teoria do Reconhecimento

Axel Honneth, pensador vinculado à tradição da Teoria Crítica, ao elaborar a Teoria do Reconhecimento Social, parte do modelo ainda inacabado da “luta por reconhecimento” do jovem Hegel e da psicologia social de Mead, a fim de desenvolver um modelo de interpretação das lutas sociais, sempre pautadas pelo reconhecimento mútuo.

Existem três formas de reconhecimento que constituem o processo intersubjetivo de formação da identidade, são elas: amor (autoconfiança), direito (autorrespeito) e solidariedade (estima social).

O amor não está restrito ao “amor romântico”, mas refere-se às relações afetivas como um todo, como amizades ou ligações emocionais entre pais/filhos. O autor combina as intuições de Hegel, no sentido de que o amor é um “ser-si-mesmo em um outro”, uma vez que “os sujeitos se confirmam mutuamente na natureza concreta de suas carências” (HONNETH, 2003, p. 160), com estudos psicanalíticos acerca da primeira infância, especialmente até os seis meses de idade do bebê. A relação entre a mãe e a criança, inicialmente, é simbiótica. Entretanto, com o passar do tempo, aumenta a independência de ambos com o retorno da mãe aos afazeres cotidianos. Com o fim do estado de simbiose, a partir dos 6 meses de vida, o bebê começa a “testar” o amor da mãe, agindo com agressividade, para verificar se é duradouro e confiável. Em caso positivo, pode estar só, ser independente e buscar



a satisfação de suas próprias necessidades, bem como reconhecer a mãe também como um ser independente.

A partir disso é possível retirar considerações a respeito do amor como forma de reconhecimento recíproco. Quando a criança reconhece o amor permanente e fiel da mãe, consegue desenvolver uma relação positiva consigo mesma, que é a autoconfiança. E, de acordo com Honneth, a autoconfiança é o fundamento da moralidade e necessária para a participação autônoma do indivíduo na vida pública.

A segunda forma de reconhecimento recíproco ocorre por meio da relação jurídica. A análise de Honneth inicia-se no surgimento do direito moderno. Nas sociedades tradicionais, os direitos são concedidos em virtude da atuação na comunidade e do status social que se ocupa. Na modernidade, porém, os direitos individuais não se vinculam a obrigações sociais, já que são intrínsecos a todo ser humano. Dessa forma, enquanto nas sociedades tradicionais o reconhecimento jurídico estava ligado à estima social, nas sociedades modernas, as relações jurídicas submetem-se a uma moral pós-convencional, de modo que ocorre a separação entre “reconhecimento jurídico” e “estima social”.

De acordo com Marshall, a partir da segmentação mencionada, origina-se o princípio da igualdade universal, quando passam a não serem mais admitidos privilégios e exceções na ordem jurídica (MARSHALL apud HONNETH, 2003, p. 190).

Inicialmente, no entanto, o princípio da igualdade abrangia apenas direitos individuais, assim como um grupo restrito da sociedade. Com o tempo, surgiram os direitos políticos, sociais e coletivos, assim como houve a ampliação subjetiva de direitos, de forma a englobar cada vez mais indivíduos e grupos até então excluídos, o que ocorreu em razão das lutas sociais.

Os indivíduos, ao se reconhecerem mutuamente como sujeitos de direito, podem desenvolver sua autonomia e decidir sobre questões morais. Ser um sujeito de direitos significa ser considerado como pessoa moralmente imputável, o que provoca o respeito de todos os outros membros da sociedade e, a partir disso, gera a consciência do autorrespeito.

Giovani Agostini Saavedra explica a interpretação de Honneth sobre a reconstrução histórica do direito moderno de Marshall:

Os atores sociais só conseguem desenvolver a consciência de que eles são pessoas de direito, e agir conseqüentemente, no momento em que surge historicamente uma forma de proteção jurídica contra a invasão da esfera da liberdade que proteja a chance de participação na formação pública da vontade e que garanta um mínimo de bens materiais para a sobrevivência. (SAAVEDRA, 2007, p. 105)



Dessa forma, o reconhecimento jurídico significa mais do que o desenvolvimento de capacidades de orientação moral, e sim, “cria as condições que permitem ao sujeito desenvolver autorrespeito” (SAAVEDRA, 2007, p. 106).

A última forma de reconhecimento desenvolvida por Honneth é a estima social. Esta se aplica às propriedades que caracterizam e diferenciam os seres humanos entre si, o que difere substancialmente do reconhecimento jurídico, o qual busca universalizar as características que unem os indivíduos.

Assim como houve rompimento entre reconhecimento jurídico e estima social quando da passagem da sociedade tradicional à sociedade moderna, houve mudança em relação à própria concepção de estima social. A ordem social estava ancorada em tradições religiosas e metafísicas, de forma que existia a normatização universal de comportamento, valores e, consequentemente, prestígio social. Na modernidade, porém, a compreensão de mundo passa a ser racionalizada, o que altera valores e princípios. Assim, não são mais escalonados de acordo com o estamento. “Só agora o sujeito entra no disputado campo da estima social como uma grandeza biograficamente individuada”. (HONNETH, 2003, p. 204).

Ou seja, antes a valorização social era determinada de forma coletivista, de acordo com o estamento em que o indivíduo se encontrava, e então torna-se individualizada. “Uma pessoa só pode se sentir “valiosa” quando se sabe reconhecida em realizações que ela justamente não partilha de maneira indistinta com todos os demais”. (HONNETH, 2003, p. 204).

Conquanto a estima social seja percebida de forma individualizada, se insere dentro de um sistema de valores que se pretende universal. Ocorre que este sistema é, na verdade, o resultado de um conflito cultural, em que um grupo consegue que sua forma de vida seja interpretada como valiosa.

Segundo Honneth, “nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência às finalidades gerais, o valor das capacidades associadas à sua forma de vida” (HONNETH, 2003, p. 207).

Por meio das lutas sociais, grupos negligenciados, invisibilizados ou discriminados, conseguem chamar a atenção para a sua forma de vida, de maneira a ter as próprias características coletivas reconhecidas como valiosas e integrantes do sistema moral da sociedade em que estão inseridos. Desse modo, conseguem elevar o seu valor social coletivo, assim como a reputação de seus membros.

Assim, Honneth identifica dentro da estima social, dois níveis de reconhecimento: solidariedade e autoestima. A solidariedade ocorre de forma coletiva, quando o grupo pode desenvolver sua concepção de “vida boa” e ser



reconhecido por seus valores e características. Somente depois disso é que os indivíduos conseguem desenvolver um autorrelacionamento positivo, por meio da autorrealização, de acordo com suas características individuais.

Honneth, por conseguinte, estabelece uma ligação entre as formas de reconhecimento e a formação positiva da identidade. É possível concluir, portanto, que experiências dilacerantes em relação às formas de reconhecimento recíproco mencionadas (amor, direito e solidariedade) provocam lesões psíquicas no sujeito, de forma a gerar uma concepção negativa de si mesmo. A experiência de desrespeito social – que assume formas diferentes conforme cada esfera de relação de reconhecimento –, segundo Honneth, é o que motiva as lutas por reconhecimento social. Nesse ponto o autor avança nos estudos elaborados tanto por Hegel, como por Mead, que não realizaram a ligação entre o desrespeito e a luta por reconhecimento.

A forma de desrespeito correspondente ao amor consiste nos maus-tratos e na violação do corpo físico, que destrói a confiança em si mesmo. O autor explica essa relação:

Os maus-tratos físicos de um sujeito representam um tipo de desrespeito que fere duradouramente a confiança, aprendida através do amor, na capacidade de coordenação autônoma do próprio corpo; daí a consequência ser também, com efeito, uma perda de confiança em si e no mundo, que se estende até as camadas corporais do relacionamento prático com outros sujeitos, emparelhada com uma espécie de vergonha social. (HONNETH, 2003, p. 215).

Já a exclusão de direitos leva à constatação de que o indivíduo não é moralmente imputável e tampouco encontra-se em pé de igualdade com os demais membros da sociedade. Isso provoca perda de autorrespeito, já que não há reconhecimento jurídico recíproco.

Quanto à solidariedade, a forma de desrespeito correspondente é a degradação moral, a perda da autoestima. O desprezo ao modo de vida coletivo em que o sujeito se insere prejudica a autorrealização individual. De acordo com Honneth, “a degradação valorativa de determinados padrões de autorrealização tem para seus portadores a consequência de eles não poderem se referir à condução de sua vida como a algo a que caberia um significado positivo no interior de uma coletividade” (HONNETH, 2003, p. 218).

2. Imigração no Brasil e Teorias Migratórias

Os seres humanos utilizam-se das migrações desde os primórdios da expansão do Homo Sapiens pelo Planeta Terra, inicialmente como estratégia de sobrevivência, em uma vida nômade. O ato de migrar permeia toda a história da



civilização humana, porém suas características mudam de acordo com os contextos histórico-sociais (OLIVEIRA, 2017, p. 94).

Na modernidade, Massey (apud CAVALCANTI et al, p. 13) identifica quatro períodos marcantes das migrações no contexto mundial: i) período mercantil (1500-1800), ii) período industrial (1800-1925), iii) período de imigração limitada (de 1925 até o final da II Guerra Mundial); e iv) período pós-industrial (pós-1960).

Para o contexto brasileiro, o momento de maior intensidade de fluxos migratórios voluntários ocorreu entre 1874 e 1930. A política migratória estatal consistia no incentivo à imigração de europeus, a fim de preencher os espaços vazios do vasto território brasileiro, bem como para promover o branqueamento da população brasileira (KOIFMAN, 2012, p. 27).

Apesar de reduzidas a partir de 1930, as migrações para o Brasil continuaram frequentes até a década de 80, quando o país passa a ter mais emigrações do que imigrações.

O cenário de economia em decadência e o excessivo rigor político implantado pelo regime militar, num sistema ditatorial que impedia a livre expressão e as iniciativas particulares, com perseguições políticas, prisões e desaparecimento de presos, aliado a falta de uma legislação voltada às políticas de imigrações, despertava muito mais interesse de brasileiros em migrarem do território brasileiro do que de estrangeiros em migrar para o Brasil, fazendo o país adquirir características de um país de emigração. (FIGUEREDO, ZANELATTO, 2017, p. 81).

A datar de 2009, entretanto, os efeitos tardios, no Brasil, da crise internacional desencadeada entre 2007 e 2008, em um cenário de políticas migratórias restritivas, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, colocam o país na rota das migrações internacionais contemporâneas. Nesse contexto, destacam-se os fluxos de migrantes do Sul global, como haitianos, angolanos, senegaleses, sírios, colombianos, bolivianos, e, principalmente a partir de 2015, venezuelanos (SANTOS, ROSSINI, 2018).

Existem diversas teorias que buscam explicar padrões e tendências migratórias, no entanto é importante ressaltar que nenhuma consegue abranger toda a complexidade do fenômeno. Trata-se de uma matéria em que a interdisciplinaridade e a diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas são fundamentais para o aprofundamento do estudo.

A Teoria Neoclássica situa-se em uma perspectiva macroeconômica e foi desenvolvida para explicar a migração laboral no processo de desenvolvimento econômico. De acordo com essa tese, as migrações internacionais são provocadas por diferenças geográficas de demanda e oferta de trabalho (MASSEY et al. 1998, p. 433).



Há um desdobramento dessa teoria para o nível microeconômico, em que indivíduos decidem migrar em razão de escolhas racionais, por meio de análise de custo-benefício. De acordo com essa perspectiva, a migração internacional é considerada uma forma de investimento em capital humano (MASSEY et al. 1998, p. 434).

Nesse sentido, as pessoas escolhem se mudar para onde possam ser mais produtivas de acordo com suas habilidades e, conseqüentemente, consigam receber melhores salários. Entretanto, antes de colherem os benefícios, são necessários investimentos, como nos custos da viagem, de se manter inicialmente no novo lugar até conseguir trabalho e até aprender uma nova língua (MASSEY et al. 1998, p. 434).

Essa teoria é uma das mais antigas e mais importantes para a compreensão dos movimentos migratórios. No entanto, como afirmado anteriormente, não consegue exaurir todas as nuances da mobilidade humana. Não consegue explicar, “primeiro, por que poucas pessoas realmente migram, apesar dos aparentes incentivos para fazê-lo; e, segundo, por que alguns países têm taxas elevadas de migração, enquanto outros, com as mesmas condições econômicas estruturais, têm taxas muito baixas” (ARANGO, 2000 apud CAVALCANTI et al, 2017, p. 17).

Apesar das críticas, esta teoria é a que melhor explica o fenômeno da seletividade migratória e migração qualificada, que abordaremos a seguir.

3. Seletividade Migratória no âmbito das Migrações Forçadas

Os investimentos necessários para a migração são um fator de seletividade. Nem todas as pessoas que desejam migrar efetivamente conseguem. Isso é particularmente importante no caso das migrações forçadas.

Aqui cabe uma breve explicação a respeito da classificação entre migrações voluntárias e migrações forçadas. Aquelas “abrange todos os casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pelo indivíduo, por razões de conveniência pessoal e sem a intervenção de um fator externo” (JUBILUT, APOLINÁRIO, 2010), enquanto estas “ocorrem quando o elemento volitivo do deslocamento é inexistente ou minimizado e abrangem uma vasta gama de situações” (JUBILUT, APOLINÁRIO, 2010).

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), existem atualmente mais de setenta e nove milhões de deslocados forçados em razão de perseguições, conflitos, violência ou violações de direitos humanos (dados referentes ao ano de 2019). Dentro dessa categoria encontram-se os refugiados, que somam aproximadamente vinte e seis milhões de pessoas ao redor do mundo (ACNUR, 2020).



Quando uma nação passa por momentos de crise, conflitos ou violações de direitos humanos, muitos cidadãos não conseguem se deslocar, apesar de desejarem fortemente sair do país de origem. São chamadas de “trapped populations”. Tratam-se de pessoas que não podem se mover por motivos de saúde, financeiros ou por serem barradas nas fronteiras em razão de não se encaixarem no tipo de “imigrante ideal” (REYNOLDS, 2017, pp. 464-465).

Dessa forma, mesmo nos casos das migrações forçadas, em que indivíduos e famílias precisam sair do país onde se encontram, existem diversos fatores que dificultam e muitas vezes impossibilitam o deslocamento.

A seletividade migratória, no caso dos refugiados que vêm para o Brasil, pode ser verificada no elevado número de indivíduos com alto nível educacional. De acordo com recente estudo elaborado pelo ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) em parceria com a Cátedra Sérgio Vieira de Mello, 34,4% dos refugiados no Brasil possuem nível superior (ACNUR, 2019). Esse indicador é mais que o dobro da porcentagem da população brasileira que possui ensino superior completo (16,5%), conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Pessoas com maior nível educacional frequentemente possuem melhores salários e maior estabilidade financeira, fator que influencia nos custos migratórios. Além disso, 88,26% dos refugiados possuem entre 18 e 49 anos (ACNUR, 2019), idade que facilita a empregabilidade e a adaptação em um novo país.

Os migrantes não são selecionados aleatoriamente na população de origem. Variáveis como idade e educação desempenham um papel importante no comportamento migratório (BORJAS, 1996). Isso decorre do fato de o ganho líquido com a migração depender do período de tempo em que o indivíduo pode usufruir dos benefícios do “investimento migratório”. Indivíduos mais jovens têm maior probabilidade de migrar porque o retorno ao investimento será maior a longo prazo (CAMPOS, 2015, p. 193)

Os solicitantes de refúgio que efetivamente conseguem migrar para outro país, muitas vezes sequer podem escolher onde procurar abrigo, em razão de limitações financeiras, dependência de terceiros para realizar o transporte, riscos de sair do país e maior ou menor facilidade de acolhimento de refugiados no local de destino (MCKAY, 2009, p. 20). A decisão de se refugiar em outro país, portanto, não depende de aspectos relacionados à empregabilidade. Entretanto, pesquisa realizada por Robinson and Segrott (2002) chegou à conclusão de que os refugiados com especializações esperavam poder utilizá-las para trabalhar no território de acolhida (MCKAY, 2009, p. 19).

O Brasil possui um regime jurídico nacional para os refugiados: Lei nº 9474/97. Assim, escolhe o construtivismo ao invés do assistencialismo. Ou seja, “a posição nacional de garantir, já desde a solicitação de refúgio, os direitos



fundamentais (estada, saúde, trabalho, educação) para que qualquer ser humano possa buscar a reconstrução de sua vida” (AMORIM, 2017 p. 385).

Nesse sentido, o trabalho é um aspecto muito importante para a integração do refugiado em uma nova sociedade. De acordo com Bentley (1998:103 apud WILLIAMS, 2009, p. 23), empregabilidade é a 'capacidade de trazer um tipo específico de conhecimento para uma tarefa e ser capaz de colaborar efetivamente com outras pessoas para alcançar uma tarefa comum'. Dessa forma, abrange não apenas o aspecto quantitativo – conseguir e manter empregos -, mas também o aspecto qualitativo: no tipo de emprego e em como ele se relaciona com as habilidades, competências e conhecimentos dos imigrantes (WILLIAMS, 2009, p. 23)

Ainda, de acordo com Ricardo Antunes, é por meio do trabalho que o homem se torna um ser social. “O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o motor decisivo do processo de humanização do homem” (ANTUNES, 2015, p. 125).

A empregabilidade, portanto, reflete no reconhecimento social de imigrantes e refugiados, bem como em questões a respeito de identidade e discriminação.

Os refugiados que se encontram no país, entretanto, não têm conseguido exercer funções no mercado de trabalho compatíveis com suas qualificações. Isso não se deve à falta de oportunidades. Para acessar os empregos que exigem maior qualificação é necessário revalidar o diploma, algo que poucos conseguem concluir: em pesquisa realizada, dentre 462 solicitantes, apenas 14 obtiveram a revalidação. Ainda, de acordo com o mesmo estudo, dentre os informantes, 68,2% não utilizam suas habilidades profissionais no trabalho (ACNUR, 2019).

4. Reconhecimento Social e Integração Local

Os refugiados formam uma população vulnerável que enfrenta diversas adversidades ao sair do seu país de origem e se mudar para um novo país, ainda que sob proteção jurídica. Muitos são vítimas de quadrilhas de tráfico de pessoas e realizam um percurso inseguro e precário para chegar ao local de destino. Além de deixar familiares, amigos, deixam também suas referências culturais, idioma, sonhos e planos. Ao chegar a um novo país, enfrentam obstáculos para regularização da documentação, dificuldades com a nova língua, preconceito e processo de adaptação a uma nova cultura.

A principal atuação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) reside em encontrar soluções duradouras que possibilitem aos deslocados forçados reconstruir suas vidas de forma segura e digna (ACNUR,



2020, p. 48). A agência da ONU apresenta três propostas de longo-termo: repatriação voluntária, reassentamento e integração local.

A preferência dos refugiados costuma ser pela repatriação voluntária, entretanto nem sempre é possível retornar ao país de origem sem colocar a vida, a liberdade ou outros direitos humanos em risco. Além disso, o contexto político pode explicar essa como a decisão mais adotada pelos refugiados:

(...)sua escolha não se dá pelo fato de ser a solução mais adequada à população refugiada, mas sim em virtude do fechamento dos países, especialmente os desenvolvidos, à acolhida dos refugiados. Ademais, muitos Estados de acolhida preferem limitar suas obrigações no que se refere à proteção dessa população, e a única opção acaba sendo o retorno dos refugiados aos seus países de origem, isto é, a repatriação (MADUREIRA, SILVA, 2016)

Quanto ao reassentamento, consiste na transferência de pessoas do país anfitrião (onde foram reconhecidas como refugiadas) para um terceiro país. Isso ocorre em razão da impossibilidade de permanecer no Estado de acolhida devido a problemas de proteção e de integração local (JUBILUT, 2007, p. 154).

Outra possibilidade é a integração local. Trata-se de “um processo complexo e gradual, que envolve refugiados se estabelecendo em um país de asilo e se integrando à comunidade. Há questões jurídicas envolvidas, mas são igualmente importantes os aspectos econômicos, sociais e culturais do local de integração” (tradução livre) (ACNUR, 2018, p. 33). Busca-se, por meio desse processo, a conquista de direitos de residência permanente ou a aquisição da cidadania.

Para Kuhlman, integração local não significa abandonar a própria cultura e assimilar todos os aspectos da sociedade em que se encontram, mas sim, “que nacionais e estrangeiros possam ajustar seus comportamentos e atitudes entre si, demandando um esforço dos nacionais para entender o diferente e o direito do estrangeiro de preservar seu repertório cultural de origem” (KUHLMAN, 1991, apud MOREIRA, 2014, p. 89).

João Alberto Alves Amorim disserta sobre o procedimento de integração local dos refugiados:

Como todo ser humano comum, suas vontades e anseios básicos consistem em poder desenvolver suas vidas e atividades cotidianas, em um ambiente que lhes propicie, além de um entorno de proteção e de segurança, a sensação de pertinência e integração sociais. Daí a importância vital de medidas de integração local eficazes e efetivas dentro do regime jurídico de proteção dos refugiados.

É necessário garantir-se não apenas um ambiente jurídico de proteção, de reconhecimento e garantia de direitos fundamentais do refugiado, mas também a efetividade de políticas públicas que os insiram efetiva e positivamente no seio da sociedade que o acolheu. (AMORIM, 2017, p. 376).



Infere-se, portanto, que o processo de integração na sociedade de acolhida exige adaptações de ambas as partes: dos nacionais que recebem os imigrantes e dos imigrantes que passam a viver em uma nova nação.

Apesar de todas as dificuldades que enfrentam no trânsito migratório e da situação de vulnerabilidade em que muitas vezes se encontram ao chegar em um novo país, os imigrantes e refugiados buscam autonomia e autodeterminação. Nesse sentido, a integração local deve buscar impulsionar o protagonismo desses atores e não se contentar com respostas paternalistas.

Um dos aspectos importantes para que o indivíduo possa liderar sua própria vida é a utilização das competências e saberes adquiridos ao longo da existência, assim como o reconhecimento da própria subjetividade e identidade (LUSSE, 2017, p. 575).

O protagonismo é influenciado pela trajetória do projeto migratório. Por exemplo, se na sociedade de acolhida encontrou espaços que permitissem a continuidade dos referenciais valorativos de sua bagagem humana e cultural (e foi aceito e reconhecido neles), bem como a inserção ou não em circuitos de relações igualitárias, especialmente no mercado de trabalho (LUSSE, 2017, p. 576).

Dessa forma, os refugiados que possuem diplomas universitários, seja de graduação, mestrado ou doutorado, desejam que sua bagagem educacional seja reconhecida. Foram anos investidos na formação intelectual e profissional, de maneira que isso faz parte da identidade do indivíduo.

Assim, a impossibilidade de exercer a profissão pela qual são habilitados, bem como a falta do reconhecimento de habilidades profissionais e inclusive de inteligência emocional (muitas adquiridas no difícil processo de imigração) provoca danos à autoestima.

Refugiados altamente qualificados são obrigados a exercer funções laborais que exigem nível educacional inferior ao que possuem, de forma que há desclassificação socioeconômica (de queda em seu status socioeconômico), bem como desperdício de cérebros.

A dificuldade no reconhecimento de suas habilidades reflete na remuneração percebida pelos entrevistados: 79,5% declaram renda familiar mensal inferior a R\$3.000,00. Além disso, 67% dos informantes afirmam que o valor é insuficiente para cobrir as despesas correntes (ACNUR, 2019).

A título de exemplo, a dentista venezuelana Maria Velez enfrentou um processo burocrático de dois anos para conseguir revalidar o seu diploma. A solicitante passou por cinco cidades diferentes e teve gastos em torno de US\$3,5 mil. Além disso, o processo seletivo teórico exigia o conteúdo de 31 livros. Enquanto não conseguia o certificado, trabalhou vendendo pães.



Quando alguém não vislumbra sua profissão ou modo de vida como valiosos ou significativos, suas características individuais, do mesmo modo, não são reconhecidas como positivas. Além disso, um ambiente sociocultural que não considera o que alguém faz como significativo é desmoralizante. Pela maneira de abalar a autoestima, padrões sistemáticos de difamação ameaçam não somente a felicidade ou a identidade, mas a ação das pessoas atingidas (ANDERSON, HONNETH, 2005, p. 137).

Portanto, a autonomia do refugiado que não consegue revalidar seu diploma universitário é reduzida, assim como seu protagonismo. Impossibilitado de ter suas habilidades reconhecidas, percebe a violação da autoestima. De acordo com Honneth:

Um número crescente de pessoas não tem a oportunidade de ganhar o tipo de reconhecimento por suas habilidades adquiridas que eu refiro como estima social. Por causa disso, eles mal podem se considerar membros contribuintes de uma comunidade democrática organizada, já que isso pressupõe a experiência de cooperação, ou seja, a contribuição socialmente reconhecida para a reprodução social (HONNETH, 2007, p. 93).

A degradação da autoestima faz com que o indivíduo não perceba seus padrões de autorrealização como positivos. Somente quando alguém considera o próprio modo de vida e características individuais como valiosas, pode buscar a realização de si mesmo.

Portanto, o refugiado só poderá considerar-se integrado quando tiver suas características individuais e habilidades reconhecidas e, assim, conseguir ter autonomia para perseguir a autorrealização.

Desse modo, um processo de revalidação de diplomas que seja efetivo é essencial para que os refugiados residentes no Brasil consigam integrar-se à sociedade. Ao poder exercer a própria profissão e utilizar as habilidades acumuladas ao longo da vida, poderão reconhecer-se como membros da sociedade para a qual emigraram, sem a necessidade de abandonar toda a sua bagagem social, cultural e educacional.

Conclusão

As migrações internacionais contemporâneas e o instituto do refúgio, principalmente, são fenômenos complexos, que envolvem diversas variáveis, causas e provocam consequências em vários aspectos, tanto individualmente quanto coletivamente.



Pessoas em situação de refúgio precisam lutar para conseguir sair do país de origem a fim de obterem proteção em um novo território seguro. O trajeto migratório, portanto, é permeado por dificuldades, traumas, medo, insegurança.

Ainda assim, esforçam-se para se integrar à nova sociedade. Apesar de não se tratar de um processo unilateral, as dificuldades enfrentadas pelos recém-chegados ao país de acolhida são maiores e mais duras.

Para conseguirem restabelecer a autonomia, a possibilidade de dirigem as próprias vidas, precisam ter suas habilidades reconhecidas. Nesse sentido, para aqueles que possuem diplomas de nível superior, a revalidação destes tem enorme importância, já que significa o reconhecimento de suas habilidades educacionais, culturais. Significa, ainda, o restabelecimento da autoestima, com o reconhecimento de suas características individuais. Não obstante, permite que obtenham a estima social e possam buscar a autorrealização, parte essencial do processo intersubjetivo de formação da identidade.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Global Trends. Forced Displacement in 2019**. Genebra, 2020. Disponível em <<https://www.unhcr.org/5ee200e37.pdf>>. Acesso em: 16 de julho de 2020.

ACNUR. Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. **Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil**. Subsídios para elaboração de políticas. Curitiba, maio de 2019. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>>. Acesso em 16 de julho de 2020.

AMORIM, João Alberto Alves. A Integração Local do Refugiado no Brasil: a Proteção Humanitária na Prática Cotidiana. In: JUBILUT, Liliana Lyra; GODOY, Gabriel Gualano de (Orgs.). **Refúgio no Brasil: Comentários à Lei 9.474/97**. São Paulo: Quartier Latin/Acnur, 2017. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ref%C3%BAgio-no-Brasil-Coment%C3%A1rios-%C3%A0-lei-9.474-97-2017.pdf>>. Acesso em 15 de abril de 2020.

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomy, vulnerability, recognition and justice. In: CHRISTMAN, John; ANDERSON, Joel. (eds.). **Autonomy and the Challenges to Liberalism: new essays**. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 127-149.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. 16ª edição. Campinas: Cortez, 2015.

CAMPOS, Marden Barbosa de. Seletividade e Migração. In: BRUNO, Miguel (Org.). **População, Espaço e Sustentabilidade. Contribuições para o Desenvolvimento do Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94508_cap7.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2020.



CAVALCANTI, Leonardo, et al. (Org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

FIGUEREDO, Luiz Orenco; ZANELATTO, João Henrique. **Trajectory of migrations in Brazil/Trajectoria de migrações no Brasil**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 39, no. 1, 2017, p. 77+. Gale Academic OneFile. Disponível em <<https://link-gale.ez42.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/A500501114/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=6626721b>>. Acesso em 6 de julho de 2020.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

HONNETH, Axel. Reconhecimento ou Redistribuição? A mudança de perspectivas na ordem moral da sociedade. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: Suplemento de Educação. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=24772&t=resultados>>. Acesso em 16 de julho de 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O Direito Internacional dos Refugiados e sua Aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Método, 2007. Disponível em <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/O-Direito-Internacional-dos-Refugiados-e-sua-Aplica%C3%A7%C3%A3o-no-Ordenamento-Jur%C3%ADico-Brasileiro.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

JUBILUT, Liliana Lyra; APOLINÁRIO, Silvia Menicucci O. S. **A necessidade de proteção internacional no âmbito da migração**. São Paulo – SP, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322010000100013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 15 de abril de 2020.

KOIFMAN, Fábio. **Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LUSSI, Carmem. Protagonismo. In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (Org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MADUREIRA, André de Lima; SILVA, João Carlos Jarochinski. Desafios à Aplicação de Soluções Duráveis. In: **Migrações Internacionais, Refúgio e Políticas**. São Paulo: Memorial da América Latina, 2016. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/6_ALM%20OK.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2020.

MASSEY, Douglas S., et al. **Theories of International Migration: A Review and Appraisal**. *Population and Development Review*, vol. 19, nº 3 (Sep. 1993), 431-466.

MCKAY, Sonia. The Commonalities of Experience: **Refugees and Recent Migrants**. In: MCKAY, Sonia (edited by). **Refugees, Recent Migrants and Employment – Challenging Barriers and Exploring Pathways**. New York: Taylor and Francis, 2009.

MOREIRA, Júlia Bertino. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local**. REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Ano XXII, n.



43, p. 85-98, 2014. Disponível em <
<http://www.scielo.br/pdf/remhu/v22n43/v22n43a06.pdf>>. Acesso em 20 de abril de 2020.

OLIVEIRA, Adriana Capuano de. **Uma questão de identidade! Migrações e pertencimento na dinâmica do mundo globalizado**. São Paulo: Revista USP, n. 114, p. 91-108, julho/agosto/setembro 2017.

REYNOLDS, Johanna. Migração Forçada. In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (Org.). **Dicionário Crítico de Migrações Internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

SAAVEDRA, Giovani Agostini. A teoria crítica de Axel Honneth. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007.

SANTOS, Aline Lima; ROSSINI, Rosa Ester. Reflexões geográficas sobre migrações, desenvolvimento e gênero no Brasil. In: BAENINGER, Rosana, et al. (Org.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/UNICAMP, 2018, 2ª edição, p. 277-295.

WILLIAMS, Allan M. Employability and International Migration: Theoretical Perspectives. In: MCKAY, Sonia (edited by). **Refugees, Recent Migrants and Employment – Challenging Barriers and Exploring Pathways**. New York: Taylor and Francis, 2009.